

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliã Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sociologia: das ausências às emergências

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-970-7

DOI 10.22533/at.ed.707211504

1. Sociologia. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Combater a ausência a partir da emergência. Boaventura de Sousa Santos, um dos principais sociólogos da atualidade, aborda em seu pensamento a necessária quebra da colonização e da razão indolente, para o estabelecimento de um paradigma norteado pela multiplicidade de identidades e pela atuação contra-hegemônica a partir da abordagem do cosmopolitismo.

Esta perspectiva sociológica é o que norteia a edição da presente obra intitulada “Sociologia: Das Ausências às Emergências”, livro que reúne diversas contribuições para o debate de temas relativos ao cenário de diversidade e de pesquisas e abordagens teóricas descolonizadoras. Os capítulos da obra são resultantes de artigos e divulgação de investigações ancorados no campo da Sociologia, mas que dialogam com outras áreas do saber, como história, ciência da saúde, direito, comunicação, dentre outros.

Da mesma forma que o conceito central do livro é de origem e de debate múltiplo, as pesquisas que reforçam o conceito das Ausências às Emergências também são de localidades distintas, reforçando o caráter cosmopolita da pesquisa. Assim, as contribuições da presente obra não se encerram no cenário de excelência em pesquisa nas instituições privadas e públicas do Brasil, mas ultrapassam os limites nacionais para reunir também pesquisas desenvolvidas no eixo ibérico, em especial em universidades e centros de pesquisas de Lisboa, Braga e Madrid.

O quadro final é o de um livro com múltiplos olhares científicos que aprofunda olhares sobre temas como democracia racial, a luta das Mães de Acarí por justiça, a ética do cuidado, a identidade laboral, questões ambientais, e até a necessária inclusão da Sociologia no currículo básico de ensino. A relevância dos temas, a profundidade das análises e o rigor das investigações tornam a coletânea “Sociologia: Das Ausências às Emergências” uma leitura fundamental para o debate dos assuntos invisibilizados socialmente, e para quem busca tornar presentes e reais os assuntos ausentes.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLOGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Rodrigo Davi Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7072115041	
CAPÍTULO 2	17
A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS	
Nikolas Gustavo Pallisser Silva	
Alan Caldas	
DOI 10.22533/at.ed.7072115042	
CAPÍTULO 3	38
EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007-2015	
Gonzalo de Castro Lamela	
Clarisa Giamello	
DOI 10.22533/at.ed.7072115043	
CAPÍTULO 4	52
O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE	
Diego Borges Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7072115044	
CAPÍTULO 5	67
MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO	
Claudia Santos	
Marlene Tamanini	
DOI 10.22533/at.ed.7072115045	
CAPÍTULO 6	83
DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7072115046	
CAPÍTULO 7	98
DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA	
Diana Anunciação Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7072115047	

CAPÍTULO 8.....	110
ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	
Rovênia Amorim Borges	
Renísia Cristina Garcia-Filice	
DOI 10.22533/at.ed.7072115048	
CAPÍTULO 9.....	125
ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE	
Salomé Marivoet	
DOI 10.22533/at.ed.7072115049	
CAPÍTULO 10.....	140
SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES	
Isabela Sarmet de Azevedo	
Bárbara Carlos Souza	
Juliana Manhães Fernandes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70721150410	
CAPÍTULO 11.....	152
FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Edmilson Cardoso da Silva	
Diane Ângela Cunha Custódio	
Ana Lúcia Nery Sabath	
DOI 10.22533/at.ed.70721150411	
CAPÍTULO 12.....	166
MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA	
José Guirado Neto	
DOI 10.22533/at.ed.70721150412	
CAPÍTULO 13.....	180
O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	
Suelén Alves da Silva	
Sabrina da Silva Sousa	
Marco Aurélio Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70721150413	
CAPÍTULO 14.....	193
UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITAIS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES	
André Barsch Ziegmann	
DOI 10.22533/at.ed.70721150414	

CAPÍTULO 15	207
DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE Rafaela Lourenço da Silva Alexandra Lourenço DOI 10.22533/at.ed.70721150415	
CAPÍTULO 16	220
A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA Dandara Vicente Soares DOI 10.22533/at.ed.70721150416	
SOBRE O ORGANIZADOR	232
ÍNDICE REMISSIVO	233

MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2021

José Guirado Neto

Professor autônomo ligado à Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
São José dos Campos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7782050517616832>

RESUMO: No início dos anos 2000, imigrantes sul-americanos ligados ao ramo da costura da Região Metropolitana de São Paulo e da Grande Buenos Aires formaram agrupamentos e teceram complexas redes sociais com ONGs de direitos humanos, de direitos dos imigrantes e de promoção da cultura imigrante, centrais sindicais, agentes da mídia e políticos, empresas recuperadas por trabalhadores, cooperativas de catadores, órgãos dos poderes públicos local, regional e nacional, coletivos universitários e a outras organizações ligadas à costura. Nessa medida, nossa pesquisa de campo realizado no Brasil e na Argentina que se estendeu entre 2011 e 2019 identificou a emergência de dois complexos movimentos sociais de baixo – um com a participação de donos de micro confecção, intitulado por nós de Movimento Pró-Imigrante (MPI) e o outro, com a presença de costureiros, de Movimento Pró-Trabalho-Digno (MPTD) – apresentando demandas, ideologias e repertórios de ação política adversas. Esses pontos foram detalhadamente trabalhados em nossa tese de doutorado, defendida no final de

2019. Neste artigo, especificamente, focaremos nas questões de classe que circunscrevem esses dois movimentos e em algumas das conquistas obtidas pelo MPI e pelo MPTD.

PALAVRAS - CHAVE: Movimento Sociais. Classes Sociais. Imigração. Costura.

SOCIAL MOVEMENTS AND SOCIAL CLASSES IN THE GARMENT INDUSTRY

ABSTRACT: In the beginning of 2000s, South American immigrants linked to the garment industry in the Metropolitan Region of São Paulo and Greater Buenos Aires formed groups and woven complex social networks with NGOs of human rights, immigrant rights and promotion of immigrant culture, union centers, media agents and politicians, companies recovered by workers, waste pickers' cooperatives, local, regional and national government agencies, university collectives and other organizations related to sewing. In this sense, our field research carried out in Brazil and Argentina that spanned between 2011 and 2019 and it identified the emergence of two complex social movements from below – one with the participation of micro-confection owners, entitled by us Pro Immigrant Movement (MPI) and the other, with the presence of seamstresses, from the Pro Worthy Work Movement (MPTD) – presenting adverse demands, ideologies and repertoires of political action. These points were worked out in detail in our doctoral thesis, defended at the end of 2019. In this article, specifically, we will focus on the class issues that circumscribe these two movements and on some of the achievements obtained by MPI and MPTD.

KEYWORDS: Social Movements. Social Classes. Immigration. Seam.

1 | INTRODUÇÃO

Na Grande Buenos Aires (GBA) e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) surgiram, no começo dos anos 2000, organizações de imigrantes sul-americanos, em sua maior parte bolivianos, ligadas ao ramo da costura. A despeito das semelhanças culturais, étnicas e até certo ponto econômicas existente entre esses imigrantes, nossa pesquisa apontou para divergências importantes no plano ideológico entre aqueles que integram organizações de costureiros e de donos de microconfecção. Enquanto os costureiros organizados, que tivemos oportunidade de acompanhar, revelaram um sistema de crenças e um horizonte cognitivo ligado aos interesses dos trabalhadores precarizados, os microconfeccionistas mostraram-se partidários do discurso da classe empresarial.

É importante ressaltar que, pouco após suas criações, tais organizações da costura forjaram intrincadas redes sociais com ONGs de direitos humanos e de fomento à cultura migrante, centrais sindicais, trabalhadores de empresas recuperadas, cooperativas de catadores, coletivos universitários, jornalistas, políticos, agentes públicos e a Igreja Católica. Porque passaram a realizar conjuntamente ações coletivas, persistentes, propositivas e que visavam alterar ou manter um ou mais aspectos das estruturas sociais vigentes, identificamos a existência de dois movimentos sociais (MS). O que tomou curso na Argentina, a partir de 2005, e que intitulamos de Movimento Pró-Trabalho-Digno (MPTD) contou com ampla presença de costureiros e se concentrou no combate aos crimes laborais. No Brasil, diversos microconfeccionistas aderiram ao Movimento Pró-Imigrante (MPI) que, por sua vez, mirou nos direitos humanos e de cidadania dos imigrantes periféricos residentes e teve seu grande ato inaugural em 2006¹.

Isso posto, este artigo tem como principais objetivos: i) propor uma leitura da inserção estrutural nas relações sociais de produção apresentada por costureiros e microconfeccionistas que atuam na cadeia do vestuário na GBA e na RMSP; ii) apresentar um breve relato histórico da criação de três organizações da costura, suas metas, alinhamentos ideológicos, como se deram suas inserções nas redes do MPTD e MPI e que posição ocuparam nessas redes; iii) elencar as principais bandeiras de luta do MPTD e do MPI e debater como as ideologias das organizações de costureiros e microconfeccionistas foram absorvidas pelas redes dos dois movimentos; iv) por fim, discorrer como o MPTD e o MPI têm lidado com os recorrentes casos de desrespeito à legislação trabalhista no interior da cadeia produtiva do vestuário.

¹ Note que o termo movimentos sociais aqui é empregado a um tipo específico de ação coletiva e não às organizações ou a um conjunto de organizações. Para que fique ainda mais claro, nos casos em tela, a parceria das organizações da costura com outras organizações de caracteres diversos e múltiplos, tais quais os já citados, possibilitou a formação de redes que facilitaram a realização de diversas ações reivindicatórias na Argentina e no Brasil.

21 OS ELLOS DE BAIXO DA CADEIA DO VESTUÁRIO: SUBALTERNIDADE E CONTRADIÇÃO

A exemplo de outros países, os principais agentes das cadeias do vestuário brasilo-argentinas são os varejistas, fabricantes, contratantes e costureiros (BONACICH; APPELBAUM, 2000). O varejo está no topo de toda estrutura e atualmente é o elo mais lucrativo. Como a grande maioria das roupas são produzidas para serem vendidas a varejo, os *varejistas* estão mais próximos dos consumidores e detêm maior poder de definir o que será produzido e em qual quantidade. Atualmente, tem se tornado cada vez mais frequente encontrar varejistas detentores de marcas próprias e que, desse modo, agregam também a função de fabricantes. Contudo, até poucas décadas essa não era a regra. Os *fabricantes* normalmente são atacadistas donos das etiquetas. Cabem a eles desenharem as roupas, comprarem os tecidos, organizarem o marketing e comercializarem suas roupas por atacado com os varejos. Malgrado seu nome, os fabricantes poucas vezes fabricam, isto é, costuram efetivamente suas roupas. Essa etapa da produção é repassada aos *contratantes* (ou donos de micro/pequena/média/grande confecção): indivíduos que podem ser verdadeiramente os donos das oficinas ou “testas-de-ferro” de produtores ou varejistas detentores de marca que desejam se eximir dos encargos sociais e trabalhistas e da responsabilidade legal referente às condições em que este trabalho é realizado. São eles que contratam, gerenciam e pagam (ou repassam o pagamento) pela força de trabalho empregada nas oficinas. É bastante comum encontrarmos contratantes de maior porte operando como intermediários que repassam a um ou diversos outros contratantes uma parte ou a totalidade das encomendas que recebem. No caso específico das oficinas irregulares de Buenos Aires e São Paulo, é comum serem imigrantes sul-americanos do sexo masculino que outrora trabalharam como costureiros e que agora empregam informalmente seus patrícios. Por último, os *costureiros* compõem o elo final da cadeia e certamente o mais vulnerável. Os trabalhadores informais que atuam nas duas regiões são frequentemente imigrantes de mesma nacionalidade do contratante que vieram atrás de oportunidades empregatícias e melhores condições de vida. O desejo de regressar ao seus país de origem é frequente entre eles, porém parcela considerável, após permanência variada, acaba deitando raízes definitivas no solo do país receptor, especialmente aqueles que após anos de labor logram abrir sua própria oficina.

Os costureiros e os microconfeccionistas imigrantes possuem semelhanças e diferenças fundamentais que devem ser consideradas ao se tentar compreender e descrever as complexas e variadas relações que estabelecem entre si. Provavelmente, a maior proximidade entre ambos decorra do fato de serem migrantes e quase sempre terem uma mesma nacionalidade. Os números são dissonantes, mas, entre os cálculos que dimensionam por cima, tem-se que de bolivianos exista 800 mil (entre regulares e irregulares) residindo na GBA e 340 mil na RMSP (G1, 2010; CIOFFI; FARIAS, 2014). Ao

passo que no país *hermano* esses imigrantes encontram-se dispersos entre a construção civil, o comércio, os serviços e a indústria manufatureira, no Brasil há uma concentração expressiva nesta última (D’OVIDIO et al, 2007). De qualquer forma, acredita-se que nas duas regiões metropolitanas assinaladas, os imigrantes ocupem a maior parte dos postos informais da indústria do vestuário.

É comum encontrarmos na GBA e na RMSP costureiros e microconfeccionistas imigrantes habitando em um mesmo bairro, falando o mesmo idioma, dividindo a mesma gastronomia, professando as mesmas religiões, enfim, compartilhando hábitos culturais semelhantes. Além disso, os ambientes de sociabilidade (feiras, igrejas, praças, bares, quadras, parques, restaurantes e clubes) e os eventos (festas, comemorações cívicas e culturais e campeonatos esportivos) frequentados também acabam coincidindo. Outro ponto de importante intersecção entre eles diz respeito às suas trajetórias pessoais. Muitos são indivíduos que, por falta de emprego e para fugir da pobreza, deixaram para trás amigos e parentes a fim de tentar a sorte em um outro país. Reunidos, todos esses fatores fortalecem o sentimento de pertencimento a uma mesma coletividade – a dos imigrantes.

A seu turno, a localização no interior do processo produtivo normalmente age em sentido contrário, isto é, realça as dissemelhanças entre costureiros e os microconfeccionistas. A estes, a posse ou a propriedade de uma oficina confere sobre aqueles autoridade² (capacidade de dar ordens, comandar, dirigir e fiscalizar), um poder aquisitivo pouco superior³ e um status social mais elevado dentro e fora da comunidade imigrante. Wright (1997) afirma que a fim de assegurar o desempenho do esforço adequado por parte dos trabalhadores, a produção capitalista sempre envolve todo um aparato de dominação. Desse modo, acrescentaríamos, é sobre esse poder consentido obtido no ambiente das oficinas que alguns microconfeccionistas escoram práticas abusivas, como a peonagem (o pagamento de dívida por meio de trabalho), a imposição de jornadas exaustivas, o pagamento de os salários inferiores ao mínimo legal, a retenção de documentos e, nos casos mais graves, a própria restrição de liberdade.

Tais apontamentos remetem a duas questões. Primeiro, haveria consenso no meio acadêmico acerca do pertencimento de classe de costureiros e microconfeccionistas? E, segundo, seria a inserção estrutural nas relações sociais de produção fator decisivo na construção ideológica desses agentes, sobretudo no que diz respeito à concordância ou oposição às relações estabelecidas entre costureiros e microconfeccionistas no interior das oficinas?

2 Eric Olin Wright (1997) afirma que, a fim de assegurar o desempenho do esforço adequado por parte dos trabalhadores, a produção capitalista sempre envolve um aparato de dominação que envolve vigilância, sanções positivas e negativas e várias formas de hierarquia.

3 Ainda que seja bastante comum costureiros se espelharem no exemplo de algum compatriota que, após ter trabalhado por anos como costureiro, conseguiu abrir sua própria oficina de costura e prosperou, nossa pesquisa não encontrou como regra grandes distâncias econômicas entre donos de microconfecção (que geralmente possuem entre 3 e 5 empregados) e os próprios costureiros. É evidente que, tendencialmente, quanto maior a oficina e o número de trabalhadores contratados, maior o poder econômico dos donos, tanto de forma geral, como com relação aos seus próprios empregados.

Se há poucas controvérsias quanto ao pertencimento dos costureiros à classe trabalhadora, o mesmo não pode ser dito quanto ao enquadramento de classe de seus empregadores. Microconfeccionistas são, como dissemos, na maior parte das vezes, verdadeiramente donos das oficinas e, por conseguinte, do capital empregado na produção. Para alguns pesquisadores, tais características seriam suficientes para localizar a classe desses agentes da costura. Outros pesquisadores do empreendedorismo, inclusive parte deles ligada à tradição teórica marxista, afirmam, porém, que a propriedade dos meios de produção e o seu emprego na geração de mais capital seria condição insuficiente para classificar os microempreendedores ou os pequenos empreendedores como integrantes da classe capitalista (TAVARES, 2007 e 2018; DIAS, WETZEL, 2010; VALENTIM, PERUZZO, 2017). Isso ocorreria, segundo Taveres (2007), porque o pequeno empresário que produz exclusivamente para vender ao capitalista cumpre função idêntica à do trabalhador empregado. Valentim e Peruzzo (2017), de forma semelhante, defendem que mesmo assumindo características e funções próprias dos capitalistas, os micro e pequeno empreendedores fariam parte da classe trabalhadora, pois no processo de acumulação suas produções estão subordinadas e são expropriadas pelo grande capital.

A divisão sublinhada entre pesquisadores certamente reflete, mais que qualquer coisa, a complexidade e as contradições presentes nas relações sociais estabelecidas entre os diferentes agentes da costura. Mesmo reconhecendo a lógica envolvida nas duas interpretações, nosso entendimento caminha em uma outra direção. Em seu *Class Counts*, Eric Olin Wright (1997) norteou-se na noção de *localização contraditória no interior das relações de classe* para discutir as classes dos gerentes e supervisores. Explica-nos, o sociólogo estadunidense, que no interior da produção, tais profissionais se engajam em práticas de dominação, mas, simultaneamente, também são controlados e explorados no mesmo ambiente. Assim, gerentes e supervisores poderiam ser considerados *simultaneamente* integrantes das classes capitalista e trabalhadora. Em suma, seus posicionamentos (*position*) no interior das relações de classe se alterariam dentro de um *continuum*, a depender da hierarquia e autoridade dos postos ocupados.

Operacionalizando trilha racional semelhante para analisar o caso dos donos de confecção, acreditamos que, quanto maior o número de costureiros trabalhando sob seu comando, mais elevada sua posição na cadeia produtiva do vestuário (donos de grandes confecções e intermediaristas > donos de confecções de médio porte > donos de pequenas confecções > donos de micro confecções) e quanto mais abundantes os seus meios produtivos, mais próximos estarão da classe capitalista; e quanto menor o número de costureiros trabalhando sob seu comando, mais próximo da base da cadeia produtiva do vestuário estiver (donos de micro confecções > donos de pequenas confecções > donos de confecções de médio porte > donos de grandes confecções e intermediaristas) e mais escassos os seus meios produtivos, mais próximos estarão da classe trabalhadora.

Quanto à relação entre a posição ocupada no processo produtivo e a ideologia dos

agentes da costura, nossa pesquisa apontou para o seguinte. Entre os microconfeccionistas, quer sejam eles organizados ou não, a ideologia empresarial, manifesta, por exemplo, por meio do discurso enaltecendo ao espírito empreendedor – que tem em um plano mais superficial e evidente como normatividade o indivíduo arrojado, persistente, inovador, flexível e aberto aos desafios do mercado –, se mostrou bastante forte. Em um plano mais profundo, microconfeccionistas revelaram acreditar serem os maiores injustiçados com a atual disposição da cadeia do vestuário, pois enquanto os elos superiores (varejistas e fabricantes) ficariam com a maior parte do lucro das roupas fabricadas em suas oficinas, o elo inferior (os costureiros) não teria, como eles, as responsabilidades administrativas, diretivas e fiscalizatórias e receberiam um valor não substancialmente diferente do que aquele obtido no fim do mês pelos seus empregadores.

Entre os costureiros o cenário é mais multifacetado. Aqueles que integram algum tipo de organização vinculada à sua categoria profissional, como sindicatos ou cooperativas de produção, apresentaram um claro alinhamento ideológico com a classe trabalhadora. De modo geral, para esses costureiros, os três elos superiores (varejistas, fabricantes e contratantes) se aproveitam de suas ascendências sobre o elo mais frágil da cadeia do vestuário (o dos costureiros) para aumentar os seus ganhos. Esse movimento vertical, de cima para baixo, se traduziria em precarização das relações e das condições de trabalho na base produtiva. Os costureiros não organizados, por suas vezes, dividem-se. A maioria deles sonha um dia ter a sua própria oficina e, não raramente, naturalizam todo tipo de situação abusiva, tomando-as, assim, como passageiras, parte inerente de um caminho duro até se atingir o sucesso profissional. Nestes, o discurso empreendedor encontra terreno fértil. Entretanto, há também, mas em um número menor, costureiros não organizados que, após sucessivas experiências negativas, buscam ajuda em ONGs. Nestes outros casos, ainda que não mecanicamente, o posicionamento dessas organizações acaba moldando a visão que esses costureiros têm sobre a organização da produção no vestuário.

A seguir, discutiremos brevemente acerca da criação, das metas, da ideologia e da inserção de três organizações ligadas ao ramo do vestuário – duas de microconfeccionistas no Brasil e uma de costureiros na Argentina – nas redes do MPTD e do MPI.

3 | AS TRÊS ORGANIZAÇÕES DA COSTURA

A Alameda: Organização de Costureiros

A Alameda é uma organização não governamental sediada na Cidade Autônoma de Buenos Aires que atua em diversas frentes. Embora tenha sido oficializada como fundação somente em 2007, a sua origem remonta aos levantes populares descortinados pela grave crise político-econômica argentina de fins de 2001 e princípio de 2002, quando se formaram na capital federal argentina mais de trinta assembleias de bairro que tinham como objetivo

debater e encontrar soluções para problemas locais, regionais e nacionais.

Congregados ainda enquanto uma assembleia de um bairro periférico, os moradores do Parque Avellaneda criaram um refeitório comunitário em 2002 com intuito de mitigar um dos efeitos do empobrecimento da população local, o aumento da fome. A partir de então, o refeitório passou a receber, dentre os seus assistidos, inúmeros imigrantes bolivianos que trabalhavam *en negro*⁴ em oficinas de costura irregulares localizadas no bairro e arredores. Com o tempo, estabeleceu-se uma relação de confiança entre alamedistas e imigrantes da costura, que passaram a relatar reiterados abusos sofridos nas oficinas. Figuravam entre as queixas mais recorrentes as jornadas exaustivas que superavam doze horas diárias, os salários inferiores ao mínimo legal, as retenções de documentos, a insalubridade dos locais de trabalho e das moradias que normalmente era coincidente, além das frequentes intimidações praticadas por alguns empregadores para que não abandonassem o serviço.

Em 2005, esses imigrantes ingressaram na Alameda. Juntos, argentinos e bolivianos assumiram definitivamente o combate ao trabalho escravo e infantil, ao proxenetismo e ao tráfico de pessoas como bandeiras de luta. Em seguida, uma cooperativa de costura, a 20 de Diciembre, concebida para acolher costureiros resgatados de oficinas irregulares, foi criada. O trabalho cresceu e a Alameda ganhou notoriedade nacional, em partes também por conta dos protestos performáticos em frente a edifícios públicos e lojas de vestuário que vendiam roupas fabricadas em regime de escravidão e por conta das invasões e infiltrações em oficinas irregulares.

Nos anos seguintes, o trabalho da Alameda ramificou-se em *l*) um centro comunitário, que abriga uma oficina de cerâmica, um centro de convivência do idoso, uma pequena biblioteca popular, uma sala de reforço escolar; *ii*) uma agremiação de trabalhadores têxteis (UTC – Unión de Trabajadores Costureros), que fornece atenção jurídica gratuita e assessoramento sindical; *iii*) uma fundação especializada em investigação e denúncia de crimes e irregularidades laborais, capacitação de outros movimentos sociais em tal temática, além de atenção às vítimas do tráfico internacional de pessoas, de exploração sexual e de trabalho escravo; e por fim *v*) um partido político, o Bién Comum, criado em 2014.

A Assempbol: Organização de Feirantes e Microempresários da Rua Coimbra

A criação da Assempbol vincula-se à noção de pertencimento a um determinado espaço urbano, assim como se sucedeu com a Alameda. Enquanto nesta, moradores do Parque Avellaneda se uniram, em um primeiro momento, para solucionar os efeitos desencadeados pela crise que afligia seu bairro; naquela, imigrantes bolivianos que vivem no enclave étnico que circunscreve a região da Rua Coimbra, reuniram-se para discutir certos problemas relacionados à feira cultural que ocorre aos sábados e domingos em São Paulo, no Brás, próximo da divisa com os bairros Belenzinho e Mooca.

A feira reúne quase quinhentos feirantes e acontece desde 1999. Atualmente, ao

⁴ Na informalidade.

lado da Praça Kantuta, é o principal espaço de sociabilidade da comunidade boliviana na RMSP. Ali funcionam diferentes estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, lan houses, financeiras especializadas em remessas internacionais, lojas de materiais para oficinas de costura, cabelereiros, escritórios de assessoria jurídica e contábil. Contudo, a maior parte das aproximadamente seis mil pessoas que frequentam a região aos finais de semana buscam os produtos vendidos pelas barracas de rua, tais como, roupas, bonés, DVDs, temperos, grãos, chás, artesanatos, cosméticos, pomadas e unguentos.

De acordo com os líderes da organização, a necessidade de se encontrar meios para melhorar a segurança, a limpeza e de regularizar a feira, impulsionou a formação da Associação de Moradores Bolivianos da Rua Coimbra (AMRC) no início dos anos 2000. Mais tarde, em 2011, a AMRC foi rebatizada como Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra, ou Assempbol. Em 2012, finalmente essa organização de micro e pequeno empreendedores (como gostam de serem lembrados) que lidam com a produção e comercialização de roupas e produtos artesanais típicos da cultura andina⁵, formalizaram sua associação. Dois anos mais tarde, após intenso ativismo que soube aproveitar a gestão municipal petista, que era favorável à agenda dos imigrantes, a Assempbol conseguiu costurar um acordo com a Subprefeitura da Mooca e com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, logrando finalmente regularizar a feira – demanda maior dos assempbolinos.

Ao longo dos quase vinte anos de existência da AMRC/Assempbol, outros objetivos foram perseguidos por seus membros, como a facilitação da obtenção da autorização de residência temporária e permanente para migrantes sul-americanos, o rechaço às operações da Polícia Federal de combate ao trabalho escravo realizadas em oficinas de confecção de costura, que seriam espetaculosas, e o desvencilhamento simbólico entre oficinas de costura e trabalho escravo, já que para alguns de seus líderes, não haveriam, ou quase não haveriam, imigrantes trabalhando em tal situação uma vez que o fariam de forma consentida.

A Coebiveco: Organização de Microempresários da Costura

Logo que surgiu, em 2009, a organização de imigrantes bolivianos que atuava na Feirinha da Madrugada ganhou o nome de Asembiveco, sigla para Associação dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção. No final de 2011, quando foi formalizada sob um status jurídico diferente, passou a se chamar-se Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção, ou simplesmente Coebiveco. Segundo seus líderes a alteração jurídica deveu-se aos inúmeros entraves encontrados ao tentarem formalizar uma associação exclusiva de imigrantes.

A Feirinha reúne centenas de imigrantes que somente vendem ou que confeccionam e vendem roupas, como é o caso dos membros da Coebiveco, mas também de outros que, 5 Embora não todos, expressiva parcela destes dedica-se a atividades ligadas ao ramo do vestuário, sobretudo a confecção de roupas.

além de roupas, comercializam acessórios, bolsas e artigos de perfumaria⁶. De acordo com César, presidente da Coebiveco, a existência de espaços como o da feira é vital a uma parcela significativa dos imigrantes que se dedica à costura, pois proporcionam venda direta, sem qualquer intermediário entre o produtor e o cliente. O ambiente da feirinha facilitou o surgimento de vínculos sociais/relacionais entre esses imigrantes. Assim, quando a gestão de Gilberto Kassab na prefeitura de São Paulo investiu contra os vendedores de rua, os alicerces para construção de uma cooperativa de venda que reunisse imigrantes que trabalhavam com a confecção e a comercialização de roupas na feirinha já existiam.

O objetivo inicial, nesse sentido, era organizar essa população em uma associação informal, a fim de fortalecer as suas reivindicações junto ao poder público. Em pouco tempo, a associação se tornou uma cooperativa de venda de roupas que tinha como meta principal a compra de uma grande propriedade na cidade de Guarulhos capaz de reunir um centro de venda de roupas, uma escola comunitária autogestionada direcionada aos filhos dos microconfeccionistas e um complexo residencial.

4 | OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA COSTURA

O Movimento Pró - Trabalho Digno

Seria impreciso afirmarmos que a Alameda em si se constitui em um movimento social, mas não exagero que o conjunto de ações às quais aqui denominamos MPTD foram viabilizadas pelas redes sociais forjadas a partir da própria Alameda. Tal constatação nos ajuda a entender porque, ainda que o MPTD em todas as suas ramificações compreenda a participação de dezenas de organizações, a Alameda logrou moldar de forma ativa e cuidadosa as agendas de luta e os significados circulantes nas redes desse movimento.

Em meados de 2002, no momento de sua concepção, a Alameda ainda não possuía uma identidade organizacional bem delineada. Não obstante, a partir de 2005, quando incorporou a insígnia do trabalho decente nas confecções, do combate ao tráfico de pessoas, ao trabalho infantil e ao proxenetismo, os alamedistas também demarcaram quais eram suas diretrizes ético-morais, quais eram os seus objetivos e quem eram seus adversários. Com isso, acabaram indiretamente circunscrevendo quem eram seus possíveis aliados e paulatinamente foram se aproximando dos mesmos.

Os primeiros parceiros da Alameda foram os componentes de outras assembleias de bairro da capital e os catadores de material reciclável da Villa Pueyrredón. Com o tempo, agentes da mídia – como Mercedes Ninci, Rolando Graña e Gustavo Valenza – e da Igreja Católica – como o então Arcebispo de Buenos Aires, Jorge Mario Bergoglio, hoje Papa Francisco –, passaram igualmente a participar de forma mais ou menos direta das manifestações convocadas pela Alameda.

⁶ Os coebivecanos são microconfeccionistas que, muitas vezes, ao lado de seus familiares participam do processo de fabricação das roupas feitas em suas oficinas e utilizam-se de locais como a Feirinha para vender sua produção.

Em 2009, a Alameda e a cooperativa tailandesa Dignity Return encabeçaram a formação de uma aliança transnacional de trabalhadores autogestionados da costura. Atualmente, as cinco organizações que compõem a parceria *No Chains*, além de participarem no mercado internacional com uma mesma marca comprovadamente livre de trabalho escravo, apoiam lutas trabalhistas travadas por costureiros em diferentes partes do globo⁷.

Em 2013 ocorreram dois feitos importantes: a composição da Rede Nacional Antimáfia e a eleição de Gustavo Vera, presidente da Alameda, para o cargo de deputado da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Aproximadamente trinta organizações compuseram a Rede Antimáfia que tem como metas a aprovação de leis mais rigorosas contra os crimes de “trata” e tráfico de pessoas e de órgãos⁸, abuso sexual, corrupção de menores e a exploração de trabalho escravo e, ainda, a apreensão, o confisco e a reutilização pela sociedade civil dos bens empregados em tais práticas. Quanto à inserção de Vera na política institucional, ela abriu caminhos para a inauguração do partido político Bien Común, um ano mais tarde, e para o estreitamento entre as organizações que compõem o MPTD e as maiores centrais sindicais argentinas.

A respeito dos aspectos ideológicos do movimento, desde que a Alameda passou a militar no combate ao trabalho escravo e suas primeiras redes sociais foram desenhadas em torno das questões ligadas à cadeia do vestuário, ela também se posicionou abertamente ao lado dos trabalhadores da costura e contra os donos de confecções irregulares, as grandes marcas do vestuário e os dirigentes do SOIVA (Sindicato Obrero de la Industria del Vestido y Afines), a quem julgam ser “pelegos”. Deste modo, o movimento argentino, capitaneado pela Alameda, nasceu tendo como mote acabar com a superexploração a que os costureiros estão submetidos na Argentina. Nele, a imigração nunca foi a pedra angular, pois esse papel foi ocupado originalmente pelo trabalho, num primeiro momento circunscrito por apenas alguns grupos subalternos e, mais recentemente, o trabalho executado por todo e qualquer trabalhador precarizado argentino⁹.

O Movimento Pró - Imigrante

Quando a Assemblé e a Coebiveco adquiriram personalidade jurídica, respectivamente, em dezembro de 2011 e março de 2012, duas ONGs de grande proeminência voltadas à promoção dos direitos dos imigrantes já militavam há algum tempo na cidade de São Paulo. A Pastoral do Migrante foi criada oficialmente em 1986 e, mais tarde, em 2005, reformulada, passou a se chamar CAMI. O Centro de Direitos Humanos

7 São elas: a Alameda, a Dignity Return, a Liza Balandó Collection das Filipinas, a 100% Milik Pekerja da Indonésia e Associação de Mulheres Trabalhadoras de Hong Kong.

8 No idioma espanhol, grosso modo, o termo “tráfico de pessoas”, refere-se aos casos em que migrantes em situação irregular contratam voluntariamente traficantes que agenciam e realizam a travessia de uma determinada fronteira. Já a “trata”, ocorre quando o traficante ludibria o migrante e aproveita-se da situação desfavorável desses para cometer abusos.

9 É preciso salientar que, também nos últimos anos, o combate às máfias tem ganhado espaço no interior do MPTD.

e Cidadania do Imigrante (CDHIC), por sua vez, surgiu alguns anos mais tarde, em 2009.

Além da “experiência de acolhimento ao imigrante”, essas duas ONGs se especializaram em mobilizar os imigrantes na luta por direitos, cidadania e empoderamento social, cultural e político. Nesse sentido, diferente da experiência argentina em que as principais redes do movimento se ramificaram a partir de uma organização ligada à costura, no movimento brasileiro – o MPI –, as duas organizações de microconfeccionistas se inseriram em intrincadas redes já existentes, cujas posições centrais encontravam-se ocupadas por duas ONGs de auxílio a imigrantes oriundos de países periféricos. Com isso, em que pese a relevância da grande presença de microconfeccionistas, nossa pesquisa apontou que o conteúdo simbólico e temático mobilizado pelas redes do MPI foi majoritariamente moldado pelo CAMI e pelo CDHIC, e não pela Assempbol e pela Coebiveco.

Assim sendo, poderíamos dizer que a ideologia dos microconfeccionistas acerca da cadeia do vestuário, mencionada anteriormente neste artigo, foi incorporada parcialmente, mas sofreu um processo de equalização ao penetrar as redes do movimento. Ao invés do focar nas questões trabalhistas, a exemplo do MPTD, o MPI, pautando-se pelo discurso internacional de Direitos Humanos, adotou a “categoria imigrante” como central. Nesta perspectiva, mais urgente seria lutar por uma legislação migratória moderna e que incorporasse os preceitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, do que aquela voltada ao empoderamento local dos trabalhadores por intermédio da expansão da regulamentação nacional, da cidadania laboral e da reformulação e do fortalecimento dos sindicatos.

Isso certamente traz implicações na concepção que se tem do vestuário brasileiro. Nessa linha, costureiros imigrantes indocumentados e donos de confecção imigrantes padecem de uma mesma lógica ditada pelo “sistema”. Logo, são igualmente vítimas, conforme as próprias palavras de um dos líderes desse movimento evidenciam. Sai de cena a análise classista a respeito do trabalho em confecção, na qual se considera os interesses quase invariavelmente antagônicos de costureiros e donos de confecção e, em seu lugar, propõe-se uma abordagem alternativa, a da pacificação social entre esses dois elos inferiores do vestuário em nome de uma característica fundamental que os aproxima: a condição de imigrante. Grosso modo, o discurso adotado pelo MPI desloca a responsabilidade (individual ou coletiva) dos donos de confecção que desrespeitam a legislação trabalhista e repassam-na para a estrutura social, ou como preferem chamar, para o sistema.

No plano das ações, os maiores esforços das organizações desse movimento se concentraram nas mudanças no plano legal. Fora os ganhos simbólicos gerados pelas próprias manifestações, as duas primeiras grandes conquistas nesse sentido talvez tenham sido a criação, em maio de 2013 na cidade de São Paulo, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente. Segundo consta no site da prefeitura da cidade, a missão da secretaria é

(...) formular, articular e coordenar a Política Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, de forma transversal, interseccional, participativa e com respeito à diversidade, por meio da promoção e defesa de direitos, em benefício da população, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade, visando a uma sociedade justa, igualitária, inclusiva, solidária e intercultural

Já a Coordenação, tem como valores e princípios

(...) o reconhecimento da importância dos novos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo e dos imigrantes como sujeitos de direitos; a promoção e a garantia de seus direitos fundamentais; a promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes entre as diferentes comunidades no espaço público; a não-criminalização daqueles que migram e o respeito ao direito de mobilidade. O trabalho da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente é realizado em estreita relação com os movimentos sociais, com universidades e com as várias esferas do poder público, de forma a construir uma cidade que aponte para a cidadania plena e universal.

Em agosto do mesmo ano, o então prefeito Fernando Haddad também assinou a criação da cadeira de Conselheiro Extraordinário do Conselho Participativo Municipal para imigrantes, por meio do Decreto nº 54.645. O Conselho é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como espaço consultivo e de representação da sociedade. Sua atribuição é exercer controle social e assegurar a participação da sociedade no planejamento e fiscalização das ações e gastos públicos nas regiões, como também propor ações e políticas públicas nos territórios. O líder boliviano da Assembléa, Luís Vasquez se tornou o representante legal estrangeiro da subprefeitura da Mooca em 2013, tendo sido, dentre os imigrantes eleitos, o mais bem votado.

Porém a maior e mais perseguida conquista foi a aprovação da Nova Lei de Migração. Criada durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira e no contexto da guerra fria, a antiga lei 6.815/1980, denominada Estatuto do Estrangeiro, era pautada pelo paradigma de segurança nacional e buscava munir o Estado com mecanismos de punição e ejeção a qualquer imigrante contrário ao regime ou que, por outra razão qualquer, fosse considerado indesejável. Por esses e outros fatores, era considerada por ativistas e pesquisadores do fenômeno migratório como inadequada aos princípios da Constituição Cidadã de 1988 e aos dispositivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No início de 2017, após décadas de intensa militância de membros do MPI e de outros movimentos, a nova lei foi finalmente sancionada. Mesmo tendo sofrido vetos em questões importantes, ela representou inegavelmente grande avanço com relação à antecedente, tanto em pontos específicos como e seu tom geral, agora norteado pelos Direitos Humanos. O direito ao sufrágio e a elegibilidade de imigrantes residentes continuaram de fora da Nova Lei, mas em contrapartida eliminou-se, com ela, a proibição existente de imigrantes participarem de manifestações políticas e de se organizarem em sindicatos.

Como se pode notar, as conquistas elencadas tomaram forma a partir de ações

tomadas pelo poder público, como a aprovação de leis, a criação de secretarias e de coordenações, mas em minha pesquisa ficou claro que essas ações foram influenciadas, senão determinadas, por todo um conjunto de esforços e ações recorrentes engendradas por grupos organizados da sociedade civil e que, aliás, souberam em determinadas circunstâncias se aproveitar das janelas de oportunidades abertas por eventos específicos ou pela eleição de partidos e candidatos afeitos às demandas das comunidades imigrantes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências mobilizatórias dos imigrantes bolivianos da GBA e da RMSP nos permitem tirar algumas conclusões mais gerais. A primeira é que a posição ocupada na organização social de produção continua sendo relevante na formação do horizonte cognitivo e do sistema de crenças dos diferentes agentes da costura. Esse fator se mostrou particularmente forte no caso dos microconfeccionistas que se revelaram de forma praticamente invariável propagadores da ideologia da classe empresarial. Aqui, mais determinante que a localização contraditória no interior das relações de classe, foi o emprego de capitais próprios e a disposição hierárquica do processo produtivo.

A segunda é que, além da posição no processo produtivo, outros elementos como a participação em organizações da sociedade civil ligadas ao exercício de atividade econômica, como as cooperativas de produção, também influenciam no processo de construção ideológica dos grupos sociais. Isso ficou evidente no caso dos costureiros, pois enquanto aqueles não organizados e que almejam se tornar um dia donos de oficina de confecção – e que são a maior parte – reproduzem o famigerado discurso do empreendedorismo e não raramente naturalizam relações abusivas no interior das oficinas; os organizados revelaram-se alinhados à defesa dos direitos da classe trabalhadora, sobretudo sua fração precarizada.

Pontualmente, a pesquisa ainda demonstrou que a inserção dos imigrantes microconfeccionistas nas redes do MPI se deu de um modo distinto daquela apresentada pelos imigrantes costureiros no MPTD. Ao passo em que os alamedistas ocuparam posições centrais no MPTD e lograram avançar uma agenda de luta diretamente atada aos seus ideais de melhorias nas condições e relações de trabalho; os assemblistas e os coebivecanos se firmaram em posições mais periféricas e suas ideologias foram apenas parcialmente assimiladas e ainda assim balanceadas dentro da agenda dos direitos dos imigrantes pelas outras organizações que participam do MPI.

Bem para além do enquadramento midiático de invisibilidade social e impotência política, os imigrantes bolivianos da costura de Buenos Aires e de São Paulo descortinaram enorme capacidade de agirem coletivamente, de darem curso às suas próprias escolhas e de participarem da política em diferentes frentes e temas – evidenciando, por consequência, também suas capacidades de reescreverem suas próprias Histórias.

REFERÊNCIAS

BONACICH, E; APPELBAUM, R. **Behind the label: inequality in the Los Angeles apparel industry**. Berkeley, University of California Press, 2000.

CIOFFI, S; FARIAS, A. **PF exige comprovação de renda para para bolivianos entrarem no Brasil**. Folha on-line, Caderno Cotidiano, 14 de fev. de 2014 <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/152653-pf-exige-comprovacao-de-renda-para-bolivianos-entrarem-no-brasil.shtml>>. Data de acesso: 07/09/2020.

D'OVÍDIO, M. et al. **Quién es quién en la cadena de valor del sector de indumentaria têxtil: Hacia una solución conjunta del sector**. Buenos Aires: Fundación El Otro, 2007.

DIAS, V; WETZEL, U. **Empreendedorismo como ideologia: análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99)**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 97-118, Abril de 2010.

G1. **Polícia argentina resgata 80 bolivianos escravizados em oficinas têxteis**. Portal de informações G1, 08 de fev., 2010. <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1562056-5602,00-POLICIA+ARGENTINA+RESGATA+BOLIVIANOS+ESCRAVIZADOS+EM+OFICINAS+TEXTEIS.html>>. Data de acesso: 07/09/2020.

TAVARES, M. **O empreendedorismo à luz da tradição marxista**. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 1o Semestre, n. 41, v. 16, p. 107–121, 2018.

TAVARES, M. **O empreendedorismo e a corrosão das leis trabalhistas**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís, 2007.

TAVARES, M. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista**. Revista Outubro, São Paulo, n. 7, 2002.

VALENTIN, E; PERUZZO, J. **A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital**. Revista Temporalis, Brasília, ano 17, n. 34, jul-dez. 2017.

WRIGHT, O. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge University Press, 1997

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Emocional 47
Achille Mbembe 6, 52, 53, 62, 64
Antropologia 33, 34, 89, 109, 182, 186, 187, 223, 230

B

Base Nacional Curricular Comum 185

C

Ciência sem Fronteiras 7, 110, 111, 114, 121, 122
Classes Sociais 7, 29, 122, 166
Comunidades Rurais 98, 99, 104
Consciência Ecológica 83, 86, 89, 95
Costureiros 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178
Crimes contra a honra 207, 213, 214
Crise da modernidade ocidental 6, 1, 2, 10
Currículo básico 5, 7, 180, 181, 190

D

Deleuze 52, 64, 129, 138
Democracia racial 5, 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 37
Desigualdade Social 15, 113, 223
Direitos da infância 209, 219
Ditadura Civil-Militar 177, 223, 224

E

Ecologia de saberes 1, 2, 3, 7, 12, 16
Escola de Chicago 83, 90, 91, 95
Espiritualidade 125, 126, 127, 129, 132, 135, 137, 138, 139
Estado Democrático de Direito 207, 208, 214, 218
Ética do cuidado 5, 6, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80
Ética profissional 69, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150

F

Favela de Acari 220, 222

G

Gilberto Freyre 19, 21, 23, 34, 36, 197, 205

H

Human Exemptionalism Paradigm 91

I

Interseccionalidade 110, 112, 119, 121, 122

M

Mães de Acari 8, 220, 221, 222, 226, 228, 229, 230, 231

Memória Coletiva 98, 100, 106, 108, 109

Mercado de trabalho 7, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 224

Michel Foucault 6, 52, 53, 58

Mobilidade Espacial 98, 106, 107, 108

Modelo Patriarcal 212, 215

Movimento Negro 111, 112

N

New Environmental Paradigm 83, 91

Nova Era 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 138

P

Pós-modernidade 6, 1, 2, 6, 7, 11, 15

Projetos Intervencionista 98

Q

Quilombo 19, 23, 35, 36

R

Regime de Poder 6, 52, 53, 57, 63

Relativização 25, 136, 140, 141, 144

S

Sigilo Profissional 7, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Sul Global 1, 2, 3, 5, 6, 7, 16

T

Teoria Moral 69, 70, 71, 79, 81

Teoria Política 56, 193

V

Violência contra a mulher 207, 208, 219

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021